



32 conselheiros (as) para registro em ata. A seguir, Cláudio Marques agradeceu a  
33 presença de todos (as) e deu início à Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos  
34 Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas – CERMA/PR. **2. Aprovação de**  
35 **Pauta:** Marques indagou se alguém gostaria de indicar alterações na pauta — sem  
36 manifestações, a pauta foi aprovada pelo pleno. **3. Aprovação de Ata da Reunião**  
37 **Ordinária de Dezembro de 2023:** Marques informou que a ata foi encaminhada via  
38 *e-mail* para todos (as) conselheiros (as) e indagou se gostariam de solicitar  
39 alterações — sem ressalvas, aprovada pelo pleno. **4. Informes dos Conselheiros:**  
40 Wagner informou que a Pastoral Sudoeste do Paraná estava organizando uma  
41 Audiência Pública com o tema ‘Migrações Atuais no Sudoeste do Paraná’ no dia 5  
42 de Abril às 9h na Sede da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná  
43 (AMSOP), convidando a todos (as) para participar. 5. Informes da Secretaria-  
44 Executiva: Sem informes. **6. Apresentação do Relatório Circunstanciado de**  
45 **Atividades de 2023:** Primeiramente, Sheila informou que foi ela quem elaborou o  
46 relatório com auxílio da Jane, em seguida, o apresentou para visualização de todos  
47 (as) — lembrando que, anteriormente, o mesmo já havia sido encaminhado via *e-*  
48 *mail* para todos os (as) conselheiros (as) e posteriormente inserido no *site* do  
49 CERMA. **7. Realização das Conferências:** Márcia solicitou que seja criada uma  
50 Comissão Organizadora e que seja criado um Regimento Interno para as  
51 Conferências Estaduais, algo que não deve ser construído apenas por uma  
52 Secretaria, mas uma responsabilidade conjunta de todo o CERMA. Isabela destacou  
53 que falta uma pessoa representante da SEJU dentro do Conselho para ser o “*link*”  
54 entre ambos para a realização da Conferência, pois há uma constante troca dos (as)  
55 representantes, além da abertura da Comissão Organizadora para ampla  
56 participação do CERMA. A seguir, Jane indicou que sim, é de conhecimento geral a  
57 importância das Conferências, mas hoje, seria necessário sair da reunião com um  
58 esboço da 2ª COMIGRA, do Decreto e da Resolução Conjunta e para isso, é  
59 necessário formar e marcar a reunião da Comissão Organizadora (sugerindo 3  
60 Governamentais e 3 Sociedade Civil). Márcia destacou que a Comissão e as  
61 Conferências Livres deveriam, antes de tudo, terem passado pela plenária para  
62 serem validadas e que, a participação de conselheiros (as) em reuniões externas ao

63 CERMA não validam o que está posto em Regimento. Rockmilys informou que cada  
64 COMIGRAR foi informada em plenária e convidados (as) a participar, sendo possível  
65 verificar nos pontos de pautas anteriores. Rockmilys solicitou que haja ampla  
66 participação de companheiros (as) migrantes nesta nova Comissão, pois na anterior  
67 haviam diversos representantes na construção da COMIGRA e agora foi totalmente  
68 alterada. A composição da Comissão Organizadora foi definida da seguinte forma:  
69 Ação Social Irmandade Sem Fronteiras; CRP; Cáritas; Casa Civil; SEJU; SETI;  
70 SESA; Isabela (Convidada); Juliana (Convidada); MEU (Convidado); MPPR  
71 (Convidado); IPPNI; OIM (Convidado). Isabella informou via *chat*: “Na comissão  
72 estabelecida anteriormente tb tinha a AMIRF, UCEPH”. A data da reunião da  
73 Comissão Organizadora foi definida para o dia 11. **8. Programa Dignidade**  
74 **Menstrual:** A seguir, Rosane informou que me 2023 foi instituído o Programa  
75 Dignidade Menstrual e trouxe-o para divulgação entre o CERMA. Lembrando que, o  
76 Programa é destinado para pessoas com uma renda mensal de até R\$ 218,  
77 estudantes de baixa renda da Rede Pública ou esteja em situação de rua. Para se  
78 inscrever no programa, a pessoa precisa estar inscrita no Cadastro Único e após o  
79 cadastro, se ela atender aos critérios, será contemplada pelo programa. Por fim,  
80 Rosane indicou que compartilharia novamente a Cartilha no grupo do CERMA —  
81 que também pode ser encontrada no [site do Governo Federal](#). **9. Composição do**  
82 **Conselho Secretaria do Trabalho / Secretaria da Família:** Gil pontuou que ele  
83 solicitou essa pauta para verificar se a SETR e a SEDEF já indicaram novos (as)  
84 representantes para o Conselho. Para isso, Gil sugere que seja criado um protocolo  
85 solicitando indicações aos Secretários das respectivas pastas para que criem um  
86 Decreto com as indicações necessárias (titulares e suplentes) — sem ressalvas,  
87 encaminhamento aprovado. **10. Resposta TJPR sobre Casamento de Migrantes:**  
88 Gil lembrou que no fim de 2023, o CERMA foi procurado por migrantes para ouvir  
89 as dificuldades que os (as) migrantes estavam enfrentando para se casar. Porém,  
90 Gil destacou que, no Brasil, para se casar duas coisas são necessárias: ser maior de  
91 idade; não ser casado. Entretanto, o cadastro dos migrantes e seus respectivos  
92 documentos não são de fácil acesso por conta de diversas situações, como pessoas  
93 que vieram refugiadas e não os trouxeram, vindo somente com a roupa do corpo e

94 itens básicos. Ou seja, sem a comprovação de solteiro (a), muitas pessoas não  
95 conseguem casar no Brasil, pois é extremamente difícil emití-las em seus países de  
96 origem. Portanto, a fim de resolver essa questão, a Associação de Classe dos  
97 Registros Civis foi procurada e por meio de um Procurador ouviram toda a questão,  
98 dando total apoio a essa demanda. Porém, Gil também compreendeu que não era  
99 somente a questão do Registro Civil que deveria ser resolvida, mas também dos  
100 documentos, pois quando há a tradução juramentada é gerado um alto custo. Por  
101 isso, também levaram a questão para a Junta Comercial para identificar quem eram  
102 os responsáveis pelo processo da tradução juramentada, assim, entrou em contato  
103 com a Verônica — que também indicou apoio à demanda apresentada. Deste modo,  
104 foi conseguida uma reunião com a Desembargadora Joeci (TJPR) para apresentar  
105 toda a questão e ela registrou que conversaria com o Corregedor do TJPR para  
106 elaborarem uma Norma para permitir a flexibilização das normas cartorárias do  
107 Estado do Paraná para que todos (as) migrantes tenham direito de se casar. O  
108 documento foi acolhido pelo TJPR e encaminhado para outras entidades  
109 manifestarem seus pareceres quanto à solicitação, por exemplo, a DPE/PR  
110 concordou com a flexibilização por considerar um ganho para a pauta migratória de  
111 todo Brasil. Agora, o processo está nas “mãos” do CERMA e cabe aos (às)  
112 conselheiros (as) registrar apoio a essa medida de flexibilização, para isso, é preciso  
113 que todos (as) leiam e colaborem com essa resposta, uma grande conquista do  
114 Conselho. Por fim, Gil se comprometeu a compartilhar o documento com todos e  
115 solicitou que o prazo para contribuições seja a próxima quinta-feira (07/03) — sem  
116 ressalvas, encaminhamento aprovado pelo pleno. **11. Decreto Nº 11.919, de 14 de**  
117 **Fevereiro de 2024:** Gil explicou que saiu um Decreto do Governo Federal que  
118 instituiu o Programa EquipaDH+, que visa fornecer recursos materiais para apoiar  
119 órgãos, entidades e instâncias colegiadas atuantes na promoção e na defesa dos  
120 Direitos Humanos. Em seu Inciso VI é definido que ele também visa as pessoas  
121 migrantes, refugiadas e apátridas; no Parágrafo Único considera-se equipagem: *a*  
122 *aquisição e a doação de bens e equipamentos destinados ao pleno funcionamento e*  
123 *à modernização da infraestrutura dos órgãos, das entidades e das instâncias*  
124 *colegiadas atuantes na promoção e na defesa dos direitos humanos, em âmbito*

125 *estadual, distrital e municipal*. Portanto, o CERMA deve deliberar enquanto Conselho  
126 o que ainda precisam para seu pleno funcionamento (CERMA, CEIM e outros  
127 espaços) e encaminhar ao Ministério — sem ressalvas, aprovado pelo pleno. **12.**  
128 **Situação do Afeganistão: Saída de Afegãs e Afegãos:** A princípio, Cláudio  
129 Marques destacou que essa questão ainda estava muito delicada e há tempos  
130 estavam tentando resolvê-la, sendo uma missão a ser resolvida pelo CERMA. A  
131 seguir, Adriana indicou que todos os dias chegam demandas e relatos de casos de  
132 afegãos, situações extremamente críticas devido aos conflitos no Oriente Médio.  
133 Isabella Traub sugeriu via *chat*: “*Sobre a pauta dos afegãos: uma sugestão seria que*  
134 *pode ser feito pelo Conselho um ofício para o Ministério da Justiça e Segurança*  
135 *Pública sobre quais são as organizações que possuem acordo para o acolhimento*  
136 *dos afegãos, de forma bem detalhada. O artigo 3º da Portaria 42 condiciona a*  
137 *concessão do visto à existência de organização com capacidade de acolhimento,*  
138 *por convênio celebrado com o MJ.”. **13. Alteração da Presidência Governamental:***

139 Marques informou que, após 42 anos de atuação, irá se aposentar e por isso, será  
140 necessário uma nova presidência governamental para o CERMA. Jane informou que  
141 geralmente quem preside os Conselhos de Direitos da SEJU são servidores da  
142 própria Secretaria, Coordenadores (as) das Políticas, porém, as demandas são  
143 muitas e dificilmente seria possível. Portanto, os (as) Conselheiros (as)  
144 Governamentais entraram em comum acordo de indicar o Gil (Casa Civil) para ser o  
145 novo Presidente do CERMA. **14. Informes Gerais:** Sem informes. **15.**  
146 **Encerramento:** Em conclusão, Marques agradeceu a presença de todos (as) e deu  
147 encerramento à Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Migrantes, Refugiados  
148 e Apátridas do Paraná. A presente ata foi lavrada por Davi da Rosa e revisada por  
149 Sheila Nicolau.